

# Narrando a história atual: a construção da imagem dos grupos sociais em conflito nas manifestações de junho de 2013 no Brasil<sup>1</sup>

## Narrating the current history: The image building of social groups in conflict in the protests of June 2013 in Brazil

Carla Leila Oliveira Campos<sup>2</sup>

carlalcampos@globo.com

Universidade Federal de Alfenas

Bianca Rabelo de Melo<sup>3</sup>

biankarm@yahoo.com.br

Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves

Júlia Virgínia Sampaio<sup>4</sup>

julia.v.s@hotmail.com

Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves

---

**RESUMO** – O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio de categorias dos modelos mentais de evento, conforme van Dijk – no caso, participantes e ações –, como os grupos sociais envolvidos nos protestos, ocorridos em junho de 2013, no Brasil, são representados nas narrativas midiáticas e como essa representação contribui ou não para a credibilidade desses protestos e, consequentemente, para a construção da imagem dos grupos envolvidos no conflito. Para sua realização, filiamos-nos ao quadro teórico da Análise Crítica do Discurso (ACD), proposto por van Dijk, com o objetivo de compreender o funcionamento discursivo das narrativas midiáticas na construção da imagem desses grupos, nas seguintes revistas semanais de informação: *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*. Nossas análises revelaram-nos como os posicionamentos ideológicos dos locutores das narrativas possibilitam a divisão desses grupos em NÓS e ELES, de acordo com óticas particulares sobre o evento em questão.

**Palavras-chave:** manifestações, narrativas, discurso midiático.

**ABSTRACT** – The present paper aims at analyzing the representation of social groups involved in the protests in June 2013, in Brazil, through the study of categories of mental model of events, as van Dijk – in case, participants and his actions – in media narratives. Through this analysis, the study aims to understand how the representation of these groups contributes or not to the credibility of the protests and to build the image of the groups involved in the conflict. Within the theoretical framework of Critical Discourse Analysis (ACD), proposed by van Dijk, this article aims to investigate the discursive function of media narratives in the construction of image of these groups in the following magazines: *Veja*, *Isto É*, *Época* and *Carta Capital*. The analysis of these articles revealed how ideological positions of narrative's subjects enable the division of these groups in US and THEM, based on particular visions about the event.

**Keywords:** protests, narratives, media discourse.

---

<sup>1</sup> Artigo resultante de projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN, sob fomento da FUNADESP e da FAPEMIG.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal de Alfenas. Av. Celina Ferreira Ottoni, 4000, Padre Vitor, 37048-395, Varginha, MG, Brasil.

<sup>3</sup> Bacharela em Direito pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. Av. Leite de Castro, 1101, Fábricas, 36301-182, São João del-Rei, MG, Brasil.

<sup>4</sup> Bacharelada em Direito pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. Av. Leite de Castro, 1101, Fábricas, 36301-182, São João del-Rei, MG, Brasil.

## Introdução

Em junho 2013, os brasileiros foram surpreendidos por um número enorme de jovens que ocuparam as ruas de várias cidades do país protestando contra corrupção, valores de passagens de transporte coletivo urbano e outros problemas sociais. A dimensão das manifestações tomou tamanha proporção que comparações do movimento com o das *Diretas Já* (1983-1984) e com os protestos que levaram ao *impeachment* do presidente Collor (1992) foram consideradas insuficientes para retratar a ocupação das ruas. Não há, pois, dúvidas de que essas manifestações marcaram a história do Brasil de forma singular.

Sob a ótica midiática, os protestos tiveram uma repercussão enorme. A qualquer hora do dia, os canais de TV e os *sites* da Internet traziam informações atualizadas sobre os eventos em todo o Brasil. Também na mídia impressa, os protestos viraram manchetes de diferentes jornais e revistas, ganhando a capa de quatro importantes revistas de informação na mesma semana, que dedicaram, cada uma delas, um número expressivo de páginas ao relato dos eventos (em torno de trinta páginas por periódico): *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*. É sobre a cobertura que esses periódicos fizeram dos eventos que nos debruçamos neste trabalho. A escolha dessas revistas específicas para a realização nossas análises deve-se, justamente, ao fato de os quatro periódicos terem dedicado suas matérias de capa, da mesma semana, à cobertura dos protestos.

Comporão nosso *corpus*, portanto, as seguintes reportagens de capa: “Os sete dias que mudaram o Brasil”, reportagem de capa da Edição Histórica da revista *Veja*, publicada em 26 de junho de 2013; “Hoje é você quem manda: a voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquista vitórias e mostra que veio para ficar”, título da capa da revista *Isto É*, de 26 de junho de 2013; “Pátria amada Brasil: onde vai parar a maior revolta popular na história da democracia brasileira?”, capa da revista *Época* de 24 de junho de 2013; e a reportagem de capa “Parem de subestimar o povo: ninguém controla a rua. As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos”, da revista *Carta Capital*, de 24 de junho de 2013.

Pretendemos, nessas reportagens, analisar, via categorias dos modelos mentais de evento (van Dijk, 2000b), como os grupos sociais envolvidos nos protestos são representados nas narrativas midiáticas e como essa representação contribui ou não para a credibilidade desses protestos e, conseqüentemente, para o questionamento dos grupos que detêm o poder.

Entendemos, portanto, que, dado o alto poder da mídia em produzir e fazer circular material simbólico, não há como negar a influência que seus textos exercem na formação de nossa opinião sobre os fatos e os sujeitos neles envolvidos e, conseqüentemente, no julgamento das ações desses sujeitos.

Nesse sentido, concordando com Motta *et al.* (2004), quando afirmam que as notícias não apenas informam, mas atualizam a realidade, pretendemos compreender como as narrativas do evento em questão renovam e modelam nossa percepção do mundo.

Com o intuito de observar como essas questões se manifestam no discurso, filiamo-nos, neste trabalho, à abordagem discursiva, definida nos estudos da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvidos por van Dijk. Esse autor, com o objetivo de revelar as relações ideológicas e de poder embutidas no discurso, propõe que ele seja abordado por um quadro teórico-metodológico triangular, que envolve o próprio discurso, a sociedade e a cognição. Nesse sentido, a ACD deve voltar-se não só para a análise das propriedades formais do texto, estabelecendo uma relação entre estas e o meio social no qual o discurso se insere, como também considerar as propriedades cognitivas de produção discursiva, consideradas em termos de modelos mentais e conhecimentos socialmente partilhados (cognições sociais).

## Pressupostos teóricos e metodológicos de abordagem do *corpus*

Como já afirmado, este trabalho se inscreve no campo teórico da ACD, mais especificamente, na vertente desenvolvida pelos estudos de van Dijk. Com o objetivo de compreender como as relações sociais e discursivas influenciam o sistema cognitivo dos participantes do evento comunicativo, van Dijk propõe a adoção da noção de modelos mentais como a interface entre as estruturas sociais e o indivíduo.

Os modelos são representações cognitivas de experiências e interpretações pessoais, incluindo o conhecimento e as opiniões pessoais. Eles representam as interpretações que os indivíduos fazem de pessoas, ações e eventos específicos e são, essencialmente, o complemento natural das situações. Quando as pessoas testemunham uma cena ou uma ação, leem ou ouvem sobre um evento, elas constroem um modelo único daquela situação ou atualizam um modelo já existente sendo, portanto, os modelos também a base referencial da compreensão textual (van Dijk, 1985).

Segundo o autor, esses modelos se subdividem em modelos de contexto e modelos de evento. O modelo de contexto envolve o conhecimento dos participantes sobre a situação de comunicação, sendo essencial para o seu desenrolar. Assim, os participantes dos discursos podem fazer parte de diferentes comunidades de conhecimento cada uma com seus critérios ou padrões. Conclui-se, portanto, que “o modelo de contexto é uma interface – um dispositivo de transformação – entre aquilo que sabemos e aquilo que contamos” (van Dijk, 2012, p. 151). Os modelos de contexto controlam, portanto, o modo como os falantes formulam as informações dos modelos de evento, os quais nos interessam mais diretamente neste trabalho.

Para van Dijk (1985), os modelos de evento englobam tanto propriedades subjetivas quanto aspectos do meio social. Eles funcionam como mapeamentos cognitivos relevantes, parciais e subjetivos do mundo real e, portanto, das situações sociais. Ao invés de fragmentos e situações do mundo real, os modelos de evento fornecem bases referenciais à interpretação do discurso. Eles representam o conhecimento pessoal e as crenças sobre eventos e situações concretas.

Os modelos de evento caracterizam-se, pois, por permitir representações rápidas, efetivas e relevantes e a recuperação da informação de situações sociais na produção e compreensão do discurso. Eles são formados por um esquema que consiste em um número de categorias fixas. A abordagem teórica de van Dijk (2000b) propõe que as situações podem ser analisadas em termos de participantes, objetivos, regras, suporte ambiental e ações. Desse modo, os modelos de evento são estruturas hierárquicas e proposicionais, formando um “esquema” estrategicamente efetivo, envolvendo categorias como *espaço* (tempo, localização, ambiente, condições), *participantes* (em seus diversos papéis) e *ações*, cada qual com possíveis categorias modificadoras, especificando uma avaliação subjetiva. Esses modelos formam, portanto, a base para a compreensão dos eventos sociais com os quais os atores sociais são confrontados diariamente.

Para este trabalho especificamente, escolhemos analisar as categorias participantes e ações para compreender como as narrativas midiáticas atualizam o evento social ocorrido em junho de 2013, no Brasil. A escolha dessas categorias na análise das narrativas, fundamenta-se na afirmação de Reuter (2007, p. 41) de que os personagens têm papel fundamental na organização das histórias, pois “permitem as ações, assumem-nas, vivem-nas, ligam-nas entre si e lhes dão sentido”, o que leva o autor a afirmar que “*toda história é história de personagens*” (Reuter, 2007, p. 41, grifos do original). Assim, considerando as reportagens como um todo, fomos, por meio dessas categorias, selecionando os trechos que seriam objeto de nossas análises.

Como podemos perceber, os modelos de evento são estruturados em categorias que organizam os eventos sociais num formato narrativo. É, portanto, com base nessa estrutura narrativa dos modelos de evento e por seu importante papel na compreensão/representação mental dos eventos sociais, que conduziremos nossas análises com base nas categorias estruturais participantes (agentes e alvos) e suas ações, já que o intuito de nosso trabalho é investigar a representação dos grupos sociais em um evento de conflito.

A propriedade interessante dos modelos mentais é que eles não representam apenas informações pessoais, subjetivas e provavelmente pré-concebidas sobre os eventos de nossa vida diária. Modelos mentais caracterizam também “instanciamentos” (especificações, exemplos) de crenças gerais e abstratas, incluindo as cognições sociais.

Os modelos mentais formam, portanto, a interface entre representações sociais generalizadas, por um lado, e o uso individual dessas representações na percepção social, interação e produção discursiva, por outro.

Outro ponto fundamental da teoria do discurso aqui adotada refere-se à questão da ideologia e seu papel na reprodução das relações sociais entre os grupos. Ao propor uma teoria multidisciplinar de análise do discurso, van Dijk (1995) afirma a necessidade, também na abordagem da ideologia, de uma teoria triangular que relacione sociedade, discurso e cognição social. Dessa forma, as ideologias são consideradas primeiramente como um tipo de sistema de ideias, ou de cognições sociais partilhadas, ocupando um lugar no campo simbólico do pensamento, isto é, no sistema cognitivo. De acordo com a dimensão social, as ideologias estão associadas a interesses, conflitos e lutas entre grupos e instituições sociais envolvidos em seu desenvolvimento e reprodução. Finalmente, o conceito de ideologia pode estar associado ao uso da linguagem, o que significa que as ideologias são tipicamente expressas e reproduzidas na e pela linguagem. Isso não significa que elas sejam expressas somente por meio da linguagem, mas o uso da linguagem desempenha, segundo van Dijk (2000a), um importante papel na reprodução das ideologias. A dimensão discursiva explica, portanto, como as ideologias influenciam nossos textos, como nós compreendemos o discurso ideológico e como o discurso está envolvido na reprodução social da ideologia.

Nessa abordagem, as ideologias funcionam como a interface entre as representações cognitivas e os processos que subjazem ao discurso e à ação, por um lado, e à posição e aos interesses dos grupos sociais, por outro lado.

As ideologias constituem ainda as bases das práticas sociais. Nesse sentido, van Dijk (1995) afirma que, como sistemas de ideias dos grupos e movimentos sociais, as ideologias não fazem sentido apenas como formas de compreensão do mundo, mas também como base das práticas dos membros dos grupos. As ideologias emergem do conflito e da luta entre os grupos e, tipicamente, estão ligadas às relações entre o *NÓS* e o *ELES*.

Se considerarmos que as ideologias são expressas e reproduzidas na e pela linguagem, devemos assumir que é pelas formas linguísticas que dão materialidade aos discursos que essas ideologias são expressas. Nesse sentido, todas as categorias linguísticas são passíveis de sofrer investimento ideológico, o que não é diferente em relação às estratégias linguísticas das narrativas midiáticas.

Com relação às narrativas, é importante mencionar que elas estão presentes na vida de todos e exercem um papel fundamental na elaboração da compreensão do meio no qual nos localizamos e, conforme assinala Fulton (2005a), num mundo dominado pela mídia impressa e eletrônica, nosso senso de realidade é estruturado por narrativas. Para a autora, essas narrativas se organizam em torno de um binômio entre personagens que serão

protagonistas ou antagonistas, que são responsáveis pela prática de ações visando determinados objetivos que os personificam. Nesses termos, as notícias e reportagens midiáticas, ainda que não se configurem em gêneros ficcionais, usam os modelos narrativos na apresentação de suas versões dos fatos sociais.

Para os estudiosos da mídia, como Motta *et al.* (2004, p. 34) as notícias, enquanto produto cultural,

Narram não apenas os fatos historicamente localizados, mas constroem a realidade social re-significando-a mediante elementos presentes no universo cultural [...] Esse processo narrativo do cotidiano surge impregnado de elementos provenientes do imaginário e da memória cultural coletiva e mistura-se com a realidade objetiva dos fatos reportados.

As narrativas midiáticas constituem uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros. A mídia, portanto, não só seleciona o que se deve falar, mas como se deve falar e para quem se deve falar.

Assim, percebe-se que há uma seleção ideológica do dizer que determina não apenas o que pode ser dito, bem como a estrutura e a estratégia de representação de determinado fato, por meio da qualificação de seus participantes, da linguagem utilizada, dentre outros aspectos, exercendo importante função ideológica na percepção que as pessoas têm desses fatos.

Nesses termos, se a mídia transforma a vida diária numa história que, sob a máscara da imparcialidade, alimenta a crença em verdades universais e objetivas (Fulton, 2005b), a ACD mostra-se bastante fecunda no sentido de mostrar como isso ocorre. Para tanto, deve o analista, partindo da superfície linguística do texto, chegar ao discurso, apreendendo as relações ideológicas em jogo e observando como elas trabalham na constituição do que pode/não pode ser dito e na construção da imagem dos grupos sociais em conflito.

Considerando esse percurso analítico e as categorias linguísticas que definimos anteriormente (participantes e suas ações), nossas análises serão organizadas da seguinte forma: em um primeiro momento, cuidaremos de observar como as narrativas retratam o evento em questão. Para tanto, no nível da superfície textual, observaremos quem são os sujeitos envolvidos nos fatos, quais ações praticam e sobre quem essas ações recaem. Inicialmente, cuidaremos dos enunciados que narram a trajetória dos manifestantes em cada uma das revistas e, posteriormente, daqueles referentes ao Estado.

Dando continuidade a nossas análises, considerando o aspecto cognitivo da ACD proposta por van Dijk, buscaremos identificar como, através dessas narrativas, os

sujeitos discursivos, por meio de percepções particulares e ideológicas dos fatos sociais, podem exercer o que o autor chama de controle estratégico da informação e, conseqüentemente, do conhecimento que temos sobre os eventos e os grupos neles envolvidos.

### **Narrando a história atual: o plano textual das narrativas**

Como dito anteriormente, nessa primeira fase de nossas análises, buscaremos mapear, no nível textual<sup>5</sup>, como as revistas constroem suas narrativas sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Para tanto, definimos como categorias de análise os participantes (atores e alvos) e suas ações. Como forma de organizar nosso trabalho, subdividimos essas narrativas em dois conjuntos de enunciados: aqueles que revelam a construção dos manifestantes como atores dos eventos e as ações por eles praticadas e os enunciados, dentro dessas mesmas categorias, relacionados ao Estado. Vejamos, portanto, como cada uma das revistas narra a trajetória dos manifestantes, por meio dos enunciados apresentados nos quadros a seguir.

#### **Revista *Veja***

Na noite mais tensa dos trinta meses de mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República, 1 milhão de pessoas em uma centena de cidades brasileiras estavam nas ruas.

Naquele momento, 50000 manifestantes desciam a Esplanada dos Ministérios rumo à Praça dos Três Poderes, enquanto um grupo tentava entrar à força no Congresso.

Em seguida o bando desapareceu, deixando para trás uma horda de imitadores que, nas duas horas seguintes, destruiu cinco agências bancárias, saqueou 27 lojas e pichou muros antes de ser dispersada pela tropa de choque.

Um dia antes da abertura oficial da Copa das Confederações, em Brasília, cerca de 250 manifestantes fecharam uma das avenidas mais movimentadas da capital e atearam fogo em pneus exatamente em frente do Estádio Nacional.

A revolução verdadeira foi a que começou a ser feita pelos brasileiros que foram às ruas protestar por estarem sendo mal governados.

<sup>5</sup> Lembramos que o texto constitui a materialização do discurso, através da linguagem. Nesse caso, o texto possui um plano de conteúdo (o do discurso) e um plano de expressão (a linguagem ou linguagens que veicula(m) o conteúdo), sendo, pois, uma unidade que se dirige para a manifestação de um discurso (cf. Fiorin, 2005).

Como se pode deprender dos enunciados acima apresentados, no plano textual, a Revista *Veja* aborda duas imagens dos manifestantes: uma destaca o grande número de pessoas que tomaram as ruas para protestar de forma legítima (1 milhão de pessoas, 50000 manifestantes, brasileiros) e outra revela a violência de grupos que se misturavam a esses manifestantes (um grupo, bando, horda de imitadores, 250 manifestantes). Em relação a suas ações, elas condizem com a imagem de cada grupo, pois se aos primeiros são atribuídas ações como ir para as ruas, descer a esplanada dos ministérios para “protestar por estarem sendo mal governados”; ao segundo grupo são atribuídas ações como tentar “entrar à força no Congresso”, destruir agências bancárias, saquear lojas, pichar muros, fechar avenidas e atear fogos em pneus. Do outro lado, ainda em relação aos participantes dos eventos sociais, o alvo das ações das manifestações legítimas é o governo federal, principalmente, e, das ações de violência, o patrimônio público e particular.

### Revista *Isto É*

Nos movimentos que ganharam as ruas nos últimos dias, a imensa maioria era de manifestantes pacíficos que empunhavam cartazes com palavras de ordem e pregavam ‘sem violência’.

Baderneiros ocuparam as rampas, lançaram objetos contra a fachada de vidro do palácio, fizeram fogueiras, subiram na escultura meteoro [...].

No dia seguinte, São Paulo foi alvo da ação dos vândalos e ladrões que tentaram depredar a prefeitura, picharam [...]. Apesar dos arruaceiros, porém, não é essa a imagem que vai ficar dos protestos, mas sim do repúdio dos manifestantes à minoria violenta.

Os manifestantes querem muito mais do que evitar o aumento de passagem. Eles sonham com o país melhor. Gritam contra a corrupção, contra os gastos públicos com a Copa do Mundo, contra a má qualidade dos serviços públicos, contra a precariedade da saúde e da educação, contra a PEC 37 (projeto que busca tirar o poder de investigação do Ministério Público).

Nas duas últimas semanas, com suas diferentes tribos e interesses assumidamente difusos, jovens emergiram das redes sociais, conseguiram levar mais de um milhão de pessoas às ruas, deixaram a classe política atordoada e fizeram com que prefeitos de 13 capitais e 65 cidades anunciassem a redução das tarifas de transporte público.

Também na revista *Isto É*, percebemos que a imagem dos manifestantes é dividida em dois grupos, o

do grande número que protesta pacificamente (a imensa maioria era de manifestantes pacíficos e jovens de diferentes tribos e interesses difusos) e o do grupo que apela para a violência (baderneiros, vândalos e ladrões, arruaceiros). Condizente com essa divisão entre os grupos de manifestantes, as ações desses grupos também são claramente delimitadas pela revista: a imensa maioria dos manifestantes pratica ações legítimas como: empunhar “cartazes com palavras de ordem” e pregar “sem violência”; repudiar a minoria violenta; “querem muito mais do que evitar o aumento de passagem. Eles sonham com o país melhor. Gritam contra a corrupção, contra os gastos públicos com a Copa do Mundo, contra a má qualidade dos serviços públicos, contra a precariedade da saúde e da educação, contra a PEC 37 (projeto que busca tirar o poder de investigação do Ministério Público)”; conseguem “levar mais de um milhão de pessoas às ruas”, deixando “a classe política atordoada” e fazendo “com que prefeitos de 13 capitais e 65 cidades” anunciem “a redução das tarifas de transporte público”. Já o segundo grupo, dos baderneiros, praticam ações ilegítimas como lançar objetos contra a fachada de vidro do Palácio do Planalto, fazer fogueiras, subir na escultura meteoro, depredar a prefeitura, pichar. Assim como em *Veja*, os alvos dos grupos também diferem, pois aqueles que protestam pacificamente têm como alvo o poder público em suas diferentes esferas e também a minoria violenta, enquanto os que adotam a violência têm como alvo o patrimônio, no caso de *Isto É*, apenas o patrimônio público.

### Revista *Época*

Na noite da última quinta-feira, dia 20, depois de duas semanas de manifestações sucessivas nas ruas de dezenas de cidades, por volta de 1,2 milhões de brasileiros ocuparam as ruas do país num protesto que misturou euforia, emoção, violência – e, sobretudo, perplexidade. Centenas de manifestantes tentaram invadir o palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores e uma das mais conhecidas obras de Oscar Niemeyer.

A raiva venceu a tranquilidade, quando manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia, que retribuiu com gás lacrimogêneo.

Manifestantes lançavam pedras, pedaços de pau, garrafas d’água e pequenas bombas contra os policiais, que respondiam.

A reportagem de *ÉPOCA* presenciou a correria de pessoas fugindo de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha. Jovens que protestavam pacificamente viam-se misturados a vândalos. Enquanto parte destes

enfrentava a PM, outros se afastavam violentamente quebrando placas e grades de ferro usadas para separar o trânsito.

Enquanto isso, em alguns lugares do Brasil, centenas de milhares de pessoas, a maioria jovens, participavam – e planejavam – de protestos em que repudiavam o modo como os políticos exercem sua atividade.

Em São Paulo, por contraste, cerca de 100 mil pessoas desfilaram de modo pacífico, sem incidentes graves, pela Avenida Paulista, o coração da metrópole [...].

As passeatas mostram que a população quer mais, quer melhorias da porta de casa pra fora. Para isso, milhões se mostram dispostos a marchar, em números cada vez mais impressionantes.

Da mesma forma que nos periódicos anteriores, vemos em *Época* uma divisão entre dois grupos de manifestantes, aqueles que se manifestavam pacificamente e aqueles que se envolviam em atos de violência. Contudo, de modo diverso às outras revistas, há, em *Época*, maior ênfase às ações de violência dos manifestantes e, em alguns momentos, a revista apresenta esses dois grupos misturados (“por volta de 1,2 milhões de brasileiros ocuparam as ruas do país num protesto que misturou euforia, emoção, violência – e, sobretudo, perplexidade”; “a raiva venceu a tranquilidade, quando manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia”; “jovens que protestavam pacificamente viam-se misturados a vândalos”). É interessante também notarmos que os atos de violência concentram-se, principalmente, em Brasília, ao passo que em São Paulo “por contraste, cerca de 100 mil pessoas desfilaram de modo pacífico, sem incidentes graves, pela Avenida Paulista, o coração da metrópole [...]” Também em relação às ações praticadas por esses grupos, vemos o paralelo entre o que é legítimo e ilegítimo, mas novamente destacando que, em alguns momentos, a clareza entre a ação dos manifestantes pacíficos e a dos que usam violência não se revela, como em “ocuparam as ruas do país num protesto que misturou euforia, emoção, violência – e, sobretudo, perplexidade”; “a raiva venceu a tranquilidade, quando manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia”. Outra questão que se observa na narrativa de *Época* é que as ações de violência praticadas por um grupo de manifestantes ganham maior evidência, já que se apresentam na maioria dos enunciados: “Centenas de manifestantes tentaram invadir o palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores e uma das mais conhecidas obras de Oscar Niemeyer”; “lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia”; “lançavam pedras, pedaços de pau, garrafas d’água e pequenas bombas contra os policiais”;

“correria de pessoas fugindo de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha”; “enquanto parte destes enfrentava a PM, outros se afastavam violentamente quebrando placas e grades de ferro usadas para separar o trânsito”. Referente às manifestações pacíficas temos apenas os seguintes enunciados: “repudiavam o modo como os políticos exercem sua atividade”; “em São Paulo, por contraste, cerca de 100 mil pessoas desfilaram de modo pacífico, sem incidentes graves, pela Avenida Paulista, o coração da metrópole”; “se mostram dispostos a marchar, em números cada vez mais impressionantes”. Os alvos dessas ações, por sua vez, também como nos periódicos anteriores, são os governantes de forma geral (manifestações pacíficas), sem se especificar, como em *Veja*, exatamente contra o que se manifesta; e o patrimônio público e a polícia que, como vimos, só usa a violência como resposta aos atos dos vândalos.

### Revista *Carta Capital*

Ao atrair jovens escandalizados com a repressão policial, também os jornais e emissoras de tevê passaram a demonstrar simpatia pelos rebelados.

Neste junho, e referentes às liberdades públicas, os cidadãos brasileiros, depois de longo período de conformismos, resolveram sair às ruas e praças para protestar. Tudo começou com o pacífico Movimento Passe Livre e protestos direcionados contra o aumento das tarifas dos transportes públicos.

Desde o início de junho, não faltaram rótulos para tentar desqualificar os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) para tomar as ruas do Brasil.

O povo brasileiro quis mostrar, porém, quão errado eles estavam.

Ao contrário, repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo para exigir a regulamentação da mídia. O canal da família Marinho é por sinal um dos principais alvos dos manifestantes.

Nas ruas, grupos hostilizaram partidos e o MPL se queixa da direita que ‘parasita sua pauta’.

De se lamentar, ainda, os danos ao patrimônio público e privado. Muitos dos predadores se dizem anarquistas, embora sem conhecer William Godwin, o pai do pensamento anárquico moderno.

Na revista *Carta Capital*, diferentemente do que ocorre nos outros periódicos, os manifestantes são repre-

sentados, na maior parte da narrativa, como um grupo único formado por “jovens escandalizados com a repressão policial”, “cidadãos brasileiros”, “Movimento Passe Livre”, “manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL)”, “povo brasileiro” e “grupos”. Suas ações também, salvo o último enunciado, não são divididas entre legítimas e ilegítimas como se observa nos seguintes trechos: “resolveram sair às ruas e praças para protestar”; protestar “contra o aumento das tarifas dos transportes públicos”; “tomar as ruas do Brasil”; “repórteres foram hostilizados, carros da Record e do SBT incendiados e um grupo se dirigiu à porta da TV Globo para exigir a regulamentação da mídia”; “hostilizaram partidos e o MPL se queixa da direita que ‘parasita sua pauta’”. Os poucos indícios de violência nas ações dos manifestantes que vemos na representação narrativa do grupo são os seguintes trechos: “De se lamentar, ainda, os danos ao patrimônio público e privado. Muitos dos predadores se dizem anarquistas” e “Tudo começou com o pacífico Movimento Passe Livre e protestos direcionados contra o aumento das tarifas dos transportes públicos” que sugere que há algo além da passividade. O desenrolar desse fato será melhor observado quando abordarmos a imagem do Estado nos enunciados. Já em relação aos alvos dos protestos, além de esferas governamentais, vemos, em *Carta Capital*, sujeitos ausentes nas demais coberturas do evento, órgãos de comunicação, representados por “carros da Record e do SBT” e a TV Globo que, na narrativa, é “dos principais alvos dos manifestantes”.

Apresentada a construção narrativa da imagem dos manifestantes, vejamos como se dá, em cada uma das revistas, a representação do Estado e de seu papel no plano textual das reportagens.

### Revista *Veja*

Em sua fala em cadeia de rádio e televisão na sexta-feira à noite, a presidente Dilma Rousseff teve pelo menos uma grande virtude. Ela reconheceu humildemente que o país que preside está vivendo um fenômeno social de massa inteiramente novo.

O PT assistiu, pasmo e impotente, a um território que antes lhe pertencia ser tomado por uma multidão não apenas imune aos seus comandos, mas também resistente à sua presença [...].

Acuados no palácio, Dilma e seus principais assessores dividiram-se na quinta-feira quanto à forma de reagir à multidão.

Dilma, perplexa, assistia a tudo na televisão de seu gabinete no Palácio, àquela altura cercado por um cordão de militares que impedia a aproximação dos manifestantes. [...] Dilma ainda deu dois telefonemas:

um para o seu antecessor, o ex-presidente Lula e o outro para o marqueteiro João Santana.

Para fazer frente ao que virá e tentar conter a insatisfação generalizada, o governo federal deverá anunciar algumas medidas cosméticas nos próximos dias, mas os principais atos se darão nos bastidores.

Coube aos líderes do PT favoráveis à aprovação da emenda [a PEC 37] mobilizar-se pelo adiamento da votação, temendo mais desgastes ao governo.

A reivindicação inicial de redução da tarifa de ônibus já foi atendida em treze capitais e, em dezenas de outras cidades [...].

Como se percebe nos enunciados acima, na narrativa da revista *Veja*, o Estado, alvo principal dos protestos, é representado pelo governo federal e pelo PT: a presidente Dilma Rousseff, o PT, Dilma e seus principais assessores, o ex-presidente Lula e o marqueteiro João Santana, o governo federal, os líderes do PT. Suas ações, por sua vez, são marcadas pela impotência e perplexidade, como a própria revista avalia: “reconheceu humildemente que o país que preside está vivendo um fenômeno social de massa inteiramente novo”; “assistiu, pasmo e impotente, a um território que antes lhe pertencia ser tomado por uma multidão não apenas imune aos seus comandos, mas também resistente à sua presença”; “dividiram-se na quinta-feira quanto à forma de reagir à multidão”; “assistia a tudo na televisão de seu gabinete no Palácio, àquela altura cercado por um cordão de militares que impedia a aproximação dos manifestantes”; “deu dois telefonemas”; “deverá anunciar algumas medidas cosméticas nos próximos dias, mas os principais atos se darão nos bastidores”. Em relação ao alvo das ações do Estado, a narrativa diz tratar-se dos manifestantes, contudo não sabemos como o governo federal pretende atingir esse alvo, pois a presidente e seus aliados estão divididos quanto à forma de reagir à multidão. Buscando confirmar a visão da revista acerca do despreparo do governo, o último enunciado afirma que serão anunciadas “medidas cosméticas” nos próximos dias, mas que os principais atos se darão nos bastidores, revelando também o caráter obscuro das ações governamentais. A única ação do governo federal apontada pela revista é o pedido enviado ao Congresso e a aceitação deste órgão de adiamento da votação da PEC 37 que objetivava impedir o Ministério Público de realizar investigações criminais. Por fim, em um texto de duas páginas, entre 24 da reportagem como um todo, a narrativa de *Veja* faz menção a outras esferas do governo como representantes do Estado, no caso, o prefeito e o governador de São Paulo e o prefeito do Rio de Janeiro, que declaram suas preocupações com a queda

nas arrecadações do estado oriundas da redução das tarifas de ônibus, única ação efetiva tomada até então para tentar controlar os protestos.

### Revista *Isto É*

Apenas 13 dias depois da realização do primeiro ato na avenida Paulista, em São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte coletivo, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o governador Sérgio Cabral (PMDB), o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciaram a completa revogação dos reajustes, tanto de ônibus urbanos como de metrô, trens metropolitanos e, no caso do Rio, das barcas.

As imagens da violenta repressão da Polícia Militar no protesto da quinta-feira 13 correram o mundo com rapidez e pautaram a imprensa internacional.

Escaldado com os protestos, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB – RN), adiou a votação da PEC.

Procurando unir seu destino ao dos manifestantes, [Dilma] disse que “as vozes das ruas querem mais. Mais cidadania, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Meu governo também quer mais.” Quando a presidenta discursou, um *twitter* chamado “Fora Dilma” atingiu o pico, ficando entre os dez mais vistos do dia.

Convencidos de que o governo Dilma realiza movimentos cada vez mais conservadores, lideranças históricas cobram uma volta às origens, sugerindo que assim seria possível recuperar eleitores assim desiludidos.

Na narrativa da revista *Isto É*, o Estado é representado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o governador Sérgio Cabral (PMDB), o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB) cujos atos para conter o MPL, como vimos em *Veja*, são a revogação do aumento das passagens do transporte público. Representam o Estado também a Polícia Militar, com suas ações violentas de repressão aos protestos, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB – RN), que adiou a votação da PEC [37]. Note-se que, ao se referir ao adiamento da votação da PEC 37, a revista *Veja* mencionara como sujeitos desta ação líderes do PT favoráveis à PEC – mais uma vez destacando o papel dos petistas como alvo das manifestações – e a revista *Isto É* atribui ao presidente da Câmara, do PMDB. É interessante observarmos na

narrativa a atitude conferida a Dilma para tentar conter os manifestantes. No caso, segundo *Isto É*, a presidente proferiu um discurso em que procurou unir seu destino aos dos manifestantes, o que foi visto de modo negativo pelos jovens que protestavam, levando o *twitter* “Fora Dilma” aos dez mais vistos do dia. Também representando o Estado, encontram-se lideranças históricas que cobram do governo Dilma a volta às origens, mostrando a insatisfação dos próprios aliados com as medidas do governo federal.

### Revista *Época*

Diante do Congresso Nacional, milhares de pessoas eram afastadas pela polícia e suas bombas de gás lacrimogêneo.

A raiva venceu a tranquilidade, quando manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia, que retribuiu com gás lacrimogêneo.

Quanto mais os manifestantes pacíficos corriam, mais a polícia avançava, sobre cavalos, sem distinção de seus alvos.

Equipada com capacetes, escudos e cassetetes, a Polícia Legislativa, que cuida da segurança do Congresso, fez uma barreira para impedir o acesso dos manifestantes.

Acostumado a encabeçar manifestações de rua em seus 30 anos de existência, o PT tentou se unir à passeata festiva da quinta-feira na Avenida Paulista, depois da suspensão do aumento. Os petistas acabaram hostilizados.

Como atores estatais, a narrativa de *Época* apresenta a polícia e suas tentativas de controlar os manifestantes, alvos de suas ações. Como ações da polícia temos: “milhares de pessoas eram afastadas pela polícia e suas bombas de gás lacrimogêneo”; “manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia, que retribuiu com gás lacrimogêneo”; “equipada com capacetes, escudos e cassetetes, a Polícia Legislativa, que cuida da segurança do Congresso, fez uma barreira para impedir o acesso dos manifestantes” e “quanto mais os manifestantes pacíficos corriam, mais a polícia avançava, sobre cavalos, sem distinção de seus alvos”. Este enunciado é interessante, pois, se inicialmente, percebemos uma crítica ao trabalho da polícia, essa crítica é amenizada se lembrarmos que, ao narrar os atos dos manifestantes, a narrativa, em algumas passagens, destaca a dificuldade de se identificar manifestantes pacíficos e vândalos. O último enunciado do grupo também destaca a tentativa frustrada do PT de aliar sua imagem aos manifestantes, acabando hostilizado.

## Revista *Carta Capital*

No Rio, Sérgio Cabral viu-se constrangido diante do despreparo de policiais a disparar com fuzis para o alto na tentativa de repelir manifestantes que deprestavam o prédio da Assembleia Legislativa fluminense na segunda 17. Os excessos da PM também ficaram evidentes no entorno do Mineirão em Belo Horizonte, e do Castelão, em Fortaleza.

Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma elogiou em nota os protestos pacíficos.

Enquanto a maioria atuava nos limites constitucionais, coube ao governador paulista, Geraldo Alckmin, revelar, mais uma vez, o seu desprezo à Constituição, aos direitos humanos e à liberdade públicas. O governador colocou a sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar para reprimir as manifestações, não distinguindo os cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria) de pequeno número de violadores de tipos descritos no Código Penal.

Em vez de assegurar proteção aos manifestantes que se comportavam dentro da legalidade, sem vandalismos, Alckmin aderiu ao doutrinado por Erasmo Dias, de triste memória. A respeito coube ao governador dar sinal verde à militar Tropa de Choque, incumbida de reprimir indiscriminadamente e a usar, imprópria e abusivamente, balas de borracha e bombas. As grandes vítimas foram pacíficos manifestantes e os jornalistas a cobrir os protestos.

Esse tipo de repressão contou com o aval de Fernando Haddad. Só depois da tragédia e da repercussão negativa o prefeito reprovou a violência policial.

Passando à narrativa de *Carta Capital*, identificamos como atores do estado Sérgio Cabral e sua polícia, a PM de Belo Horizonte e de Fortaleza, a presidente Dilma, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad, a Tropa de Choque de São Paulo. O alvo da ação desses representantes do estado são os manifestantes. Em relação a suas ações para conter os manifestos, a maioria envolve o uso da força policial: “Sérgio Cabral viu-se constrangido diante do despreparo de policiais a disparar com fuzis para o alto na tentativa de repelir manifestantes”; “os excessos da PM também ficaram evidentes no entorno do Mineirão em Belo Horizonte, e do Castelão, em Fortaleza”. Contudo, a crítica mais contundente em relação à atuação da polícia é feita ao governador de São Paulo que, segundo a revista, revelou, “mais uma vez, o seu desprezo à Constituição, aos direitos humanos e à liberdade públicas”, ao colocar “sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar para reprimir as manifestações, não distinguindo os

cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria) de pequeno número de violadores de tipos descritos no Código Penal”. Nesse enunciado, é interessante observarmos a qualificação narrativa dos manifestantes, alvo das ações da polícia: a revista deixa clara a violência da polícia contra “cidadãos que protestavam pacificamente (eram maioria)” e, ao se referir ao grupo que usava de violência, os qualifica como “violadores de tipos descritos no Código Penal” e não como vândalos ou bandidos, por exemplo, adotados pelas outras revistas. Dando continuidade às ações de Alckmin, temos a seguinte sequência: “Em vez de assegurar proteção aos manifestantes que se comportavam dentro da legalidade, sem vandalismos, Alckmin aderiu ao doutrinado por Erasmo Dias, de triste memória. A respeito coube ao governador dar sinal verde à militar Tropa de Choque, incumbida de reprimir indiscriminadamente e a usar, imprópria e abusivamente, balas de borracha e bombas. As grandes vítimas foram pacíficos manifestantes e os jornalistas a cobrir os protestos”. Nesses enunciados, dando sequência à crítica à ação do governador de São Paulo, vemos resgatada a imagem de Erasmo Dias, secretário de segurança de São Paulo em 1977, época em que promoveu a violenta “Invasão da PUC”, com o intuito de reprimir uma reunião de estudantes que objetivavam refundar a UNE (União Nacional dos Estudantes). Comparada às narrativas das revistas *Veja* e *Época*, principalmente, vemos que, enquanto nelas, o palco das ações de violência dos manifestantes e da resposta da polícia (*Época*) se resume a Brasília, em *Carta Capital*, elas se desenrolam em São Paulo. Também em relação aos alvos das ações de Alckmin, além dos “pacíficos manifestantes”, temos um grupo novo, não mencionado nas outras matérias “os jornalistas a cobrir os protestos”. A revista destaca, ainda, que também o prefeito de São Paulo deu aval à repressão policial, “mas depois da tragédia e da repercussão negativa” Haddad “reprovou a violência policial”. Em relação à ação da presidente Dilma, também representante do Estado, *Carta Capital* afirma que ela “elogiou em nota os protestos pacíficos”, mas não menciona a reação negativa dos manifestantes em relação à declaração da presidente, como fizeram as revistas *Isto É* e *Época*, ao narrarem a tentativa de Dilma e do PT de associarem suas imagens às manifestações.

### O plano discursivo das narrativas: comparando e analisando os resultados

Como podemos observar nos enunciados acima apresentados, as narrativas sobre as manifestações de 2013, especialmente, os eventos ocorridos em junho, foco de nossas análises, giram em torno de dois grupos de personagens: os manifestantes e o Estado. Considerando que, no jornalismo, os personagens são o eixo das histórias e que suas ações formam o núcleo básico de progressão narrativa (Motta, s.d.), vejamos, a título de

sistematização, como a apresentação desses personagens e de suas ações revela posicionamentos ideológicos acerca do evento narrado.

Comparando a apresentação dos manifestantes e de suas ações, vemos em *Veja* e *Isto É* um posicionamento bastante semelhante em relação a esse grupo, pois em ambas as revistas eles se dividem em manifestantes legítimos (grupo com o qual as revistas se identificam), representados pela maioria que foi às ruas protestar contra os governantes e manifestantes ilegítimos, que são uma minoria e praticam atos de vandalismo e violência contra o patrimônio público (grupo com o qual as revistas não se identificam). Esse último grupo é qualificado nas revistas por suas ações (todas remetendo à destruição do patrimônio público, como vimos) ou por substantivos como “baderneiros, vândalos, ladrões e arruaceiros” (*Isto É*).

Na revista *Época*, também, percebemos essa subdivisão entre os grupos de manifestantes, contudo, vimos que, além de a revista dar mais visibilidade às ações de violência dos manifestantes, pelo maior número de enunciados dedicados a elas, em alguns trechos da narrativa, destaca a dificuldade de se separar manifestantes pacíficos e manifestantes violentos (“num protesto que misturou euforia, emoção e violência”), justificando, ainda que de forma indireta, o emprego da força policial sem distinção. São alvos também dos protestos o governo, de forma geral, o patrimônio público e a polícia.

Em *Carta Capital*, essa divisão entre manifestantes legítimos e ilegítimos não se apresenta de forma tão marcada. A revista dá maior visibilidade às ações de protesto pacífico e de insatisfação política dos manifestantes, dedicando apenas um enunciado aos atos de violência de um grupo de manifestantes que, segundo a revista, autodenomina-se de “anarquistas”: “De se lamentar, ainda, os danos ao patrimônio público e privado”. Em relação aos alvos dos protestos, além de esferas governamentais, *Carta Capital* apresenta um grupo não mencionado pelos outros periódicos: os órgãos de comunicação.

Contudo, as maiores diferenças entre as narrativas são observadas na apresentação do Estado, alvo dos protestos.

Como vimos, na narrativa de *Veja* o alvo dos protestos é o governo federal, representado principalmente pela presidente Dilma e pelo PT que assistem impotentes e perplexos aos protestos, dedicando apenas um pequeno grupo de enunciados a esferas estaduais e municipais do governo.

Em *Isto É*, por sua vez, o Estado é representado por governantes e prefeitos, alvos iniciais dos protestos que começaram com a mobilização do MPL pela redução das tarifas do transporte público. Representam, também, o Estado o presidente da Câmara dos Deputados, que adiou a votação da PEC 37 e a polícia e suas ações violentas na tentativa de reprimir os protestos. A revista destaca, ainda, a atitude de Dilma na tentativa de unir sua voz à voz dos

manifestantes e a repercussão negativa do discurso da presidente no *twitter* “Fora Dilma”.

*Época*, como vimos, constrói sua narrativa enfatizando, principalmente, os atos de violência ocorridos durante as manifestações, o que justifica o fato de, na maioria dos enunciados, ser a polícia a representante do Estado. Em relação a suas ações, vimos que, se inicialmente, os atos violentos dos policiais contra os manifestantes de forma geral podiam ser objeto de crítica, posteriormente, esse posicionamento foi amenizado pela própria narrativa que relatou a dificuldade de se separarem os manifestantes pacíficos dos violentos. Em relação ao governo, a revista dedica apenas um trecho para destacar a tentativa frustrada do PT de se aliar aos manifestantes.

Em *Carta Capital*, como já observado, diferentemente de todas as outras revistas, são alvos das manifestações, além de órgãos governamentais, empresas de comunicação. A inserção dos órgãos de comunicação ao grupo contra o qual se revoltam os manifestantes é possível à revista pela sua própria linha editorial ao se autoapresentar como “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”, conforme podemos verificar em sua apresentação no endereço eletrônico da revista ([www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)). Assim, ao se reconhecer como não pertencente ao grupo que representa a mídia brasileira, a revista também não se reconhece como alvo dos manifestos. Em relação aos órgãos governamentais, a revista cita governantes de diferentes estados brasileiros, que reagiram com o uso de força policial aos protestos, mas o foco da narrativa é o governador de São Paulo e a violenta ação de seus policiais na repressão aos manifestos, chegando a comparar seus atos ao fato histórico da “Invasão da PUC”, ocorrido durante a ditadura. Em um trecho da narrativa, a revista atribui também ao prefeito de São Paulo a ação de apoio a Alckmin, mas diz que ele voltou atrás nesse apoio devido à tragédia e à repercussão negativa à ação dos policiais. Em relação à presidente Dilma, a revista menciona o fato de ela, em nota, ter elogiado os protestos, mas não se refere à reprovação de sua fala por parte dos manifestantes.

Considerando, conforme van Dijk, que os modelos mentais de evento formam a base para a compreensão e representação dos eventos sociais e que esses modelos mentais, apesar de individuais, são afetados em seu *background* pelas crenças e ideologias dos grupos dos quais fazemos parte, algumas conclusões podem ser retiradas das narrativas acima apresentadas.

Para van Dijk, as ideologias estão associadas às relações entre os grupos sociais e emergem do conflito e da luta entre esses grupos, determinando quem somos NÓS – grupo com o qual nos identificamos e do qual fazemos parte – e quem são ELES – grupo que não partilha de nossas crenças e contra o qual nos colocamos. Aplicada a nossas análises, essa concepção de ideologia leva-nos a algumas importantes conclusões em relação

ao posicionamento das revistas sobre o evento narrado.

De modo geral, ainda que com diferentes nuances, observamos que os locutores das quatro narrativas se identificam com os manifestantes pacíficos que tomaram as ruas para apresentarem suas insatisfações em relação aos governantes. Por outro lado, excluem desse grupo os manifestantes violentos, que depredam o patrimônio público e/ou privado, não reconhecendo seus atos como legítimos. Nesse processo de identificação/separação do NÓS e do ELES, o que se diferencia nas revistas é o espaço concedido a esses grupos e suas ações. Assim, se em *Veja*, *Isto É* e, principalmente, em *Época* há um espaço maior às ações do ELES (até mesmo porque, conforme vimos em *Carta Capital*, um dos alvos dos protestos era a Rede Globo de Comunicação e a revista *Época* pertence ao grupo), em *Carta Capital*, as ações do NÓS é que se destacam. Em relação a esse aspecto, citando Motta (s.d.), que afirma que as matérias jornalísticas destacam fatos que consideram transgressores de preceitos éticos, morais, ou de algum consenso cultural, percebemos que as três primeiras revistas podem ser incluídas em um grupo que privilegia o respeito à propriedade privada, já que ressaltam as ações contra ela empreendidas e que a revista *Carta Capital* se mostra mais preocupada com os direitos políticos, reservando um espaço mínimo às ações que transgridem a preservação patrimonial.

Ao se identificarem com os manifestantes pacíficos – o NÓS – as revistas também marcam sua posição em relação a contra quem se manifestam, o alvo dos manifestantes, considerado o ELES, grupo com o qual elas não se identificam. Contudo, como afirmado pelas próprias revistas, os objetivos dos manifestantes eram difusos, permitindo a cada uma das narrativas a seleção (inclusão/exclusão) de alvos, ou antagonistas.

Assim, ao demarcar o ELES – ou antagonistas – de sua narrativa, vemos que a revista *Veja* dá grande destaque às ações dos manifestantes contra a presidente da república e contra o PT, partido da presidente, marcando seu posicionamento de insatisfação e crítica ao governo federal. Apenas um pequeno trecho da narrativa é dedicado a representantes estaduais e municipais do Estado, quando a narrativa faz referência à origem das manifestações. Também é interessante destacar que, apesar de a revista fazer menção aos atos de violência de alguns manifestantes, não apresenta ações policiais no intuito de coibir essa prática já condenada pela própria apresentação narrativa desse grupo. Considerando a matéria como um todo e a construção narrativa do Estado, podemos perceber como a ideologia trabalha na seleção do que é ou não dito: no caso, a narrativa de *Veja* opta por fazer a cobertura dos eventos ocorridos em Brasília, salientando a insatisfação dos manifestantes com o governo federal que, a seu turno, é qualificado no percurso narrativo como perplexo e impotente, justificando, portanto, a exclusão de suas ações no intuito de proteção do patrimônio e reforçando, mais

uma vez, a insatisfação do NÓS – adepto às manifestações, mas contra a destruição do patrimônio – em relação ao ELES – no caso, o governo federal, alvo das manifestações e impotente no combate à violência. A única referência à força policial presente nos enunciados, inclusive nas imagens apresentadas na reportagem, é o “cordão de militares” em volta do gabinete do Palácio do Planalto de onde “Dilma, perplexa, assistia a tudo na televisão”.

Em *Isto É*, por sua vez, o ELES é composto por governantes estaduais e municipais de alguns estados/capitais do país, do representante da Câmara dos Deputados, todos alvos de reivindicações dos manifestantes, revelando, por parte da revista, um posicionamento ideológico crítico em relação aos governantes de forma geral. De modo semelhante à revista *Veja*, a ação repressiva da polícia está representada na narrativa, em apenas um enunciado, ao passo que as ações violentas de alguns manifestantes ocupam relativo espaço na narrativa. Também a ação da presidente Dilma e a reação negativa dos manifestantes a suas declarações são destacadas na revista, o que nos permite entender que, se o locutor se filia aos manifestantes – NÓS –, automaticamente também inclui a presidente no grupo do ELES.

Em *Época*, como já dito anteriormente, integram o grupo do ELES principalmente a polícia e seus atos de repressão aos manifestantes violentos. Contudo, vimos que diferentemente dos outros periódicos, a revista não se mostra tão crítica à ação policial contra os manifestantes de forma geral, já que a própria revista afirma ser difícil separar o grupo pacífico dos vândalos. Como a revista também se posiciona contrariamente à depredação do patrimônio, justificada está, de alguma forma, a ação policial. Em relação aos demais alvos das manifestações, temos a presença do PT que, ao tentar se juntar aos manifestantes, é repudiado pelo grupo, o que marca o posicionamento da revista em relação ao partido, incluindo-o no grupo do ELES.

Também em *Carta Capital*, podemos observar como os posicionamentos ideológicos se manifestam na narrativa midiática por meio da relação entre NÓS e ELES. Se o locutor se inclui no grupo dos manifestantes, mostrando-se simpático a suas reivindicações, dando, inclusive pouco foco às ações violentas de alguns manifestantes, é interessante observarmos, em relação aos alvos apontados nas demais narrativas, como a revista se posiciona. Anteriormente, já observamos que a revista inclui no grupo do ELES alguns órgãos de comunicação criticados nas manifestações, mostrando que, apesar de esses órgãos se mostrarem simpáticos aos manifestantes, a recíproca não é verdadeira. Isso só é possível, como vimos, pelo posicionamento assumido pela própria revista ao se apresentar como alternativa à voz unívoca da imprensa brasileira. No caso de *Carta Capital*, o NÓS no qual a revista se inclui é composto pelos manifestantes, mas não fazem parte dele os outros órgãos de comunicação.

Ainda em relação ao ELES com o qual não se identifica, o locutor inclui governos e prefeitos de alguns municípios e estados, mas foca, principalmente, nas ações do governador de São Paulo e de “sua despreparada, violenta e ingovernável Polícia Militar”. Ao mesmo tempo em que destaca as ações violentas do governo de São Paulo na repressão aos protestos, não se identificando com suas ações, não faz menção às reações negativas dos manifestantes à presidente Dilma que, segundo a revista, elogiou os protestos. Desse modo, ao se identificar com a atitude da presidente e, ao mesmo tempo repudiar as ações de Alckmin, vemos, na narrativa, uma tentativa de inclusão da primeira no NÓS e do segundo no ELES.

### Considerações finais

Como visto neste trabalho, a mídia, por meio de suas narrativas, apresenta uma organização particular da realidade social, calcada nas ideologias de sujeitos socialmente localizados. Nesse sentido, ainda que ao relatar os fatos por meio de narrativas, o discurso midiático procure se revestir de credibilidade, afirmando contar a realidade tal como ela é, não podemos deixar de partilhar do posicionamento de Motta *et al.* (2004, p. 35) de que a crença de que as notícias mostram fatos é ilusória, pois o que efetivamente se observa é a construção desses fatos “em forma de linguagem, sujeita a todas as suas imprecisões”.

Não foi outro nosso intento neste trabalho, senão o de analisar como a organização linguístico-narrativa de diferentes revistas sobre um mesmo fato social revela posicionamentos ideológicos dos locutores que falam nesses textos. Fizemos isso por meio da adoção de categorias dos modelos mentais de evento, mais especificamente os atores e suas ações, por entender a importância fundamental que os personagens assumem na organização narrativa dos eventos.

Nesses termos, vimos, por meio dessas categorias, como as narrativas de cada uma das revistas constrói a imagem dos grupos sociais em conflito, categorizando-os em NÓS e ELES de acordo com as crenças ideológicas de quem narra.

Por fim, considerando a relação entre os modelos de evento – que formam a base para nossa compreensão do mundo e interpretação do discurso – e os modelos de contexto – que são a interface entre o que sabemos e o que contamos de acordo com a situação –, podemos observar como estes exercem um papel importante em relação à seleção do que contar e como organizar as informações

contidas naquele, de acordo com os interesses dos grupos sociais em conflito.

### Referências

- FIORIN, J.L. 2005. *Linguagem e Ideologia*. 8ª ed., São Paulo, Ática, 87 p.
- FULTON, H.E. 2005a. Introduction: the power of narrative. In: H.E. FULTON; R. HUISMAN; J. MURPHET; A. DUNN, *Narrative and Media*. New York, Cambridge University Press, p. 1-7. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511811760.001>
- FULTON, H.E. 2005b. Print news as narratives. In: H.E. FULTON; R. HUISMAN; J. MURPHET; A. DUNN, *Narrative and Media*. New York, Cambridge University Press, p. 218-244. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511811760.016>
- MOTTA, L.G. [s.d.]. A análise pragmática da narrativa jornalística. Portcom – Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação. Disponível em: [http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142\\_462.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142_462.pdf). Acesso em: 13/11/2014.
- MOTTA, L.G.; COSTA, G.B.; LIMA, J.A. 2004. Notícia e construção de sentidos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, XXVII(2):31-51.
- REUTER, Y. 2007. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. 2ª ed., Rio de Janeiro, DIFEL, 187 p.
- REVISTA CARTA CAPITAL. 2013. Parem de subestimar o povo: ninguém controla a rua. As tentativas até agora fracassadas de manipular os protestos. São Paulo, 24 jun., p. 21-61.
- REVISTA ÉPOCA. 2013. Pátria amada Brasil: onde vai parar a maior revolta popular na história da democracia brasileira? São Paulo, 24 jun., p. 32-53.
- REVISTA ISTO É. 2013. Hoje É Você Quem Manda: a voz das ruas se impõe, assusta os políticos, conquista vitórias e mostra que veio para ficar. São Paulo, 26 jun., p. 44-93.
- REVISTA VEJA. 2013. Os sete dias que mudaram o Brasil. São Paulo, 26 jun., p. 60-93.
- VAN DIJK, T.A. 1985. Cognitive situation models in discourse production: the expression of ethnic situations in prejudiced discourse. In: J.P. FORGAS (ed.), *Language and Social Situations*. New York, Springer, p. 61-79. Disponível em: [www.discourses.org/MainPage2.html](http://www.discourses.org/MainPage2.html). Acesso em: 20/11/2004.
- VAN DIJK, T. A. 1995. Ideological discourse analysis. *New Courant*, 4:135-161.
- VAN DIJK, T. A. 2000a. Cognitive discourse analysis: an introduction. University of Amsterdam. Disponível em: [www.discourses.org/MainPage2.html](http://www.discourses.org/MainPage2.html). Acesso em: 20/11/2004.
- VAN DIJK, T. A. 2000b. *Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction. Internet course for the Oberta de Catalunya*. Catalunya, UOC, 118 p. Disponível em: <http://www.discourses.org/unpublished/>. Acesso em: 19/02/2016.
- VAN DIJK, T. A. 2012. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo, Contexto, 330 p.

Submetido: 19/02/2016

Aceito: 23/11/2016